

Do PFL ao PSD: um modelo referencial para o sistema partidário brasileiros

Eduardo Alves Lazzari¹

RESUMO

A pesquisa que nos serve de insumo para este trabalho teve como objetivo tomar o Partido da Frente Liberal (PFL) e seu sucessor Democratas (DEM), assim como sua dissidência o Partido Social Democrático (PSD) como expoentes das características mais marcantes do sistema partidário nacional e do regime político que emergiu na nova ordem constitucional, iniciada em 1988.

Ao analisarmos a faceta no parlamento de PFL e DEM evidenciamos um novo padrão de comportamento nos partidos como um todo. Essa transformação se deve à metamorfoses no governo representativo, de ordem tecnológica e no Estado. Tal movimento implicou desdobramentos importantes na relação entre representantes e representados, que transforma seus vínculos associativos e a democracia representativa.

O PFL é um exemplo brasileiro de um partido que constringido pelo contexto histórico e objetivos de sua burocracia, aproxima-se da tipologia de partido catch-all. Já como oposição e como DEM, o partido demonstra que ao distanciar-se do Estado, desintegra-se.

Propomos que os achados nos permitem asserir sobre ao comportamento dos partidos nacionais. Dividindo-os em dois tipos ideais, sendo que o que os delimita é a relação, imposta pela elite partidária, para com o Poder Legislativo. Dessa forma, temos que a indução de seus quadros através do Estado ou na mobilização de suas bases a partir da estruturação municipal, ascendendo ao nível nacional, definem que tipo ideal de comportamento o partido se insere.

Palavras-chave: PFL/DEM/PSD, sistema partidário brasileiro, representatividade, presidencialismo de coalizão.

¹ Graduado em Relações Internacionais (PUC-SP), graduando em Ciências Sociais (USP), trabalho elaborado a partir de iniciação científica do projeto PIBIC-Cepe, vigente de agosto/2012 até julho/2013.

INTRODUÇÃO

De imediato, faz-se necessário expor o fio condutor da iniciação científica sobre a qual este trabalho se debruça. Em suma, os partidos políticos brasileiros foram condicionados de tal forma que exigiu-se uma realocação de esforços e recursos entre as três facetas ou dimensões, dos partidos políticos. Essas facetas são: i) o partido no eleitorado (party-in-the-electorate); ii) o partido no governo ou parlamento (party-in-the-government) e; iii) no partido como estrutura administrativa (party-as-organization).

Este corte tridimensional do partido foi proposto por John Aldrich em seu livro “Why parties?” (1995). Vale lembrar que, o fato da pesquisa ter adotado este corte tridimensional, não implica afirmar que a pesquisa desconsidera outras facetas que partidos políticos possam apresentar, sendo possível evidenciar, em outra oportunidade, outras dimensões dos partidos políticos. No entanto, adotamos essas três facetas, pois são essas que nos parecem garantir resultados frutíferos ao analisarmos não só o sistema partidário brasileiro, como partidos políticos em geral, aproximando-nos de tipos ideais.

Esta tese de realocação de recursos visa dialogar com correntes teóricas que afirmaram e ainda afirmam que partidos políticos brasileiros e seu sistema partidário são incipientes, fracos ou ainda desorganizados. Segundo nossa perspectiva, esta conclusão está arraigada no ideal de partidos de massa, proposto por Maurice Duverger em sua obra seminal, de que apenas esses partidos poderiam ser considerados consolidados, articulados e/ ou organizados.

Se o sistema político brasileiro fosse tão desconexo e seus partidos tão desimportantes a ponto de serem considerados meros cabides eleitorais, os partidos políticos brasileiros teriam sido já renegados a um papel coadjuvante da democracia brasileira, quando na verdade trabalhos como os de Fernando Limongi e Argelina Figueiredo (1999) já mostraram que os partidos políticos brasileiros se mostram coesos continuamente, como estas instituições são protagonistas da democracia brasileira mais de duas décadas depois da fundação da Nova República.

Não queremos aqui negar que os partidos brasileiros talvez sejam, de fato, ineficazes na identificação com o eleitorado, nem que desfrutam de ampla confiança da sociedade brasileira ontem e hoje. Entretanto, para nós isso não implica que eles sejam incipientes. Diz Lamounier:

“A imagem jornalística predominante a respeito de partidos políticos no Brasil sempre foi e continua a ser a de um mero aglomerado de interesses clientelísticos, sem qualquer embasamento socioeconômico real. Essa percepção

de realidade político-partidária tem resistido impavidamente à acumulação de estudos e pesquisas sobre o assunto que mostram justamente o contrário. A maior parte dos jornalistas, e curiosamente a própria 'classe política', parece ater-se ferreamente à tese do amorfismo e da indiferenciação das bases partidárias” (Lamounier, 1999: 8).

Argumentamos, portanto, que a concepção de que partidos brasileiros são fracos está enraizada no imaginário de um partido com estreitos laços com uma classe específica, representando-a e expressando-a fielmente. Constituindo dessa maneira um partido que se enquadra na literatura em uma classificação de um partido de massa. Tentaremos expor em seguida, então, o movimento que erodiu as bases do partido de massa.

I. Metamorfoses do partido no eleitorado

Grosso modo, Maurice Duverger detalha em seu livro “Os partidos políticos” dois “tipos” de partidos políticos, a saber, os partidos de quadro e os partidos extraparlamentares. O primeiro é observado na formalização de grupos parlamentares. Estes grupos parlamentares eram criados envoltos a um princípio comum ou região comum a um determinado número de parlamentares. Duverger descreve esse processo na convocação dos Estados-Gerais na França em 1789. Parlamentares da mesma região a fim de evitarem seu isolamento reuniam-se e atuavam conjuntamente na arena parlamentar. Logo percebia-se que seus elementos em comum transcendiam a arena regional, convergindo em visões de mundo e convicções. Isto ocorreu com o chamado Clube Bretão, originário da Bretanha e que após esse período de congregação regional, consolidou-se como os jacobinos.

Os segundos são, por sua vez, partidos que expressam diretamente uma classe, uma parcela da sociedade, que se vê, naquele momento – quando existiam apenas partidos de quadro – subrepresentada. Em outras palavras, os partidos ou grupos parlamentares existentes até então não expressavam, nem perseguiram os interesses de um eleitorado ou, mais especificamente, de massas de trabalhadores urbanos, criando um ímpeto nesses setores da sociedade civil de adentrar a arena política formal para perseguir estes mesmos objetivos. Normalmente, estes partidos são criados a partir de uma outra instituição já existente, como sindicatos, por exemplo. Assim, o partido passa a ser o braço político desta instituição, visando uma melhor representação de seus componentes.

Nota-se neste momento a diferença estrutural que as diferentes origens de cada um destes partidos engendram. Ora, se o partido extraparlamentar é criado na própria sociedade civil e como uma demanda por maior representação, ou por uma representação mais eficaz, a estrutura deste partido terá que acomodar-se e contemplar de forma eficiente as demandas e interesses de seu eleitorado ou grupo de interesse. Passa a ser imprescindível uma estrutura que comunique a base desse partido com seu topo. Segundo Duverger, isso se dá nesses partidos com a predominância de instâncias chamadas de seções. São estruturas que integram uma grande quantidade de

eleitores, simpatizantes e até militantes para a formação de uma posição claramente definida sobre as diversas matérias que compõem a vida partidária em sua localidade. São estruturas que funcionam de acordo com seus membros, definindo posições básicas, facilitando a compreensão por parte da elite partidária dos interesses de sua base. Este processo é mantido através da eleição de representantes das próprias seções às instâncias superiores, configurando um arcabouço institucional centralizado e complexo.

Pela parte dos partidos de quadro, tais instâncias não existem para Duverger, pois estes partidos nascem de demandas diferentes. Os laços mantidos entre estes partidos e sociedade são muito menos estreitos que os mantidos pelos partidos de criação parlamentar. Traduzindo-se na predominância da instância intitulada de comitês. Estas são estruturas que refletem o caráter individualista de partidos de quadros, afinal, foram criados de acordo com as vantagens geradas a partir da atuação cooperativa de dentro do parlamento.

Fica evidente, se compararmos ambos os partidos políticos, um distanciamento muito maior dos partidos de quadro para com a sociedade do que os partidos de criação extraparlamentar. A natureza de sua origem é, para Duverger, o elemento crucial na explicação das diferentes formas de organização de um partido. Entretanto, os partidos de quadro são obrigados a se reformularem a partir do momento em que se institucionaliza o sufrágio universal.

O autor francês coloca que o sufrágio universal representou aos partidos de criação extraparlamentar uma considerável vantagem na arena eleitoral sobre os partidos de quadro, além de um forte ímpeto para que movimentos da sociedade civil se formalizassem em partidos políticos. Afinal, sua estrutura complexa e próxima da sociedade vai facilitar a expressão de vontades e interesses de uma grande parte da sociedade, traduzindo-se numa eficaz canalização de votos.

Parte desta vantagem é explicada pelo aumento qualitativo e quantitativo do trabalho partidário que o sufrágio universal representou. Com ele, o que antes era considerada uma circunscrição pequena, passara a exigir a atuação extensiva de uma burocracia partidária, capaz de se comunicar com todos os eleitores, independentemente da região, do status, condição econômica ou pensamento político.

O sufrágio universal inaugurou, portanto, a época dos partidos de massa. Partidos que conseguiam canalizar uma quantidade de votos necessária à sua eleição, além de que para tanto, era fundamental a consolidação de uma instituição sólida, sustentada por uma militância que agisse ininterruptamente e, no limite, de um eleitorado fiel. Era o marco inaugural daquilo que Bernard Manin chamara de “democracia de partido”.

Argumentamos que aqui nasce o imaginário de partidos de massa, pois em primeiro lugar encontramos partidos políticos com fortes vínculos na sociedade, mais especificamente com sua respectiva classe ou eleitorado e, em segundo lugar, pois os partidos de quadro terão que fazer

modificações em sua estrutura que possibilite uma reaproximação com a sociedade civil, para garantir um resultado positivo no dia da eleição.

Além desta exigência que se impõe sobre o que denotamos como “partidos de quadro”, devemos questionar, portanto, quais foram os fatores transformadores dos partidos políticos. Sustentamos aqui que dois fatores de naturezas distintas os transformaram. Trataremos primeiramente o fator de natureza geral, que acreditamos ter infligido mudanças nas democracias ocidentais e, em seguida, investigaremos fatores de natureza histórica, ou seja, existiram em cada democracia ocidental fenômenos que transformaram à sua própria maneira os partidos e seu sistema partidário, mudando a relação entre partidos e sociedade civil.

Assim sendo, quando nos referimos a um fator de natureza geral, nos referimos às metamorfoses do governo representativo observadas no último século, como resultado do ingresso de novas tecnologias na vida em sociedade que acabaram por transformar as próprias relações sociais e, conseqüentemente, as formas de expressão e representação a que os partidos políticos recorriam. Pensamos aqui na contribuição feita por Bernard Manin em seu texto “As Metamorfoses do Governo Representativo” (1995).

Se até então, na democracia do partido, era auge do partido de massa, a preferência partidária de um eleitor era definida por suas condições culturais, sociais ou econômicas, houve algo que findou esse período e transformou por completo essa percepção. Isto é, esses elementos continuam sendo incorporados ao cálculo dos eleitores no dia da eleição. No entanto, por si só, estes não são capazes de determinar o voto do eleitorado, vista a crescente volatilidade observada em pesquisas de opinião, onde um acontecimento pontual numa campanha pode representar a derrota ou vitória de um candidato.

A ampla disseminação do rádio e da televisão representou uma retomada da personalização do sufrágio. Estes dois meios de comunicação se transformaram em canais de comunicação política, senão os canais de comunicação política por excelência. Isto transformou, novamente, a relação entre eleitorado e representantes. Inevitavelmente, novas características passam a ser valorizadas com esses novos meios de comunicação. Se na “democracia parlamentarista” - anterior à “democracia de partido”, os notáveis eram os candidatos competitivos numa eleição, aqueles que hoje podem ser eleitos são os comunicadores. A proeminência desta nova figura não é o resultado de uma crise no governo representativo, mas um desdobramento do ingresso de meios comunicação de massa na disputa política que transformou a forma com que representantes são selecionados.²

² Ademais, é impossível desconsiderar o papel que os marqueteiros passaram a desempenhar. Além de serem formuladores de estratégias políticas, se muito eficientes, estes passam a ser considerados peças chave na concretização de qualquer projeto político e reivindicam posições de destaque na burocracia do próprio partido político.

O segundo elemento que também transformou o governo representativo encontra-se no movimento que se iniciou ao longo do século XX, principalmente após o final da II Guerra Mundial. O Estado incorporou para si uma série de novas atribuições. Nos países do Ocidente tivemos uma nova concepção de cidadania.

Em outras palavras, a crise vista na Europa no período entre guerras teve forte impacto na sociedade. Na sociedade alemã, por exemplo, pudemos observar a ascensão do nazismo, como resposta às condições deletérias de sua população e que o Estado não conseguia revertê-las.

Podemos dizer que após a II Guerra Mundial, estes extremismos foram vistos como reflexos da falta de medidas anticíclicas que evitavam a deterioração da condição humana dos indivíduos. Isto é, criou-se uma visão de mundo, onde a condição de cidadão numa sociedade não era garantida apenas com sua liberdade de expressão ou voto, era também fundamental uma condição mínima de vida. Grosso modo, direitos civis e políticos não eram suficientes, era necessária a consolidação de um corpo de direitos sociais. Integrou-se à noção de cidadania a saúde, educação e segurança, por exemplo. Por essa razão, que T. H. Marshall, sociólogo inglês afirma que enquanto os direitos civis e políticos foram garantidos na Inglaterra, respectivamente, nos séculos XVIII e XIX, os direitos sociais começaram a ser garantidos no século XX.

Argumentamos que o estabelecimento da social-democracia ou o chamado Estado de bem estar social é um exemplo de como as atribuições do Estado aumentaram consideravelmente. Este aumento qualitativo e quantitativo de sua burocracia, assim como partidos sofreram na passagem da democracia parlamentarista à democracia de partido, impossibilitou o lançamento de plataformas políticas detalhadas e minuciosas por parte dos candidatos. Sobretudo, num ambiente que conservava circunscrições grandes, vista o sufrágio universal. Como Bernard Manin coloca, programas que abarcassem todas as funções estatais seriam ininteligíveis. Isso favoreceu campanhas superficiais e genéricas, focando na personalidade do político. Consequentemente, se os meios de comunicação favorecem os comunicadores, nesse contexto, temos mais um condicionante para que o foco permaneça sobre o indivíduo.

Dessa maneira, com uma alta volatilidade eleitoral, programas políticos gerais e o foco no comunicador, temos dificultada a formação de preferências políticas. Manifesta-se a dimensão reativa do voto, onde o voto é definido em resposta ao comportamento do candidato. Manin coloca que o político escolhe fazer um “corte” na sociedade que lhe pareça mais profícuo na procura de votos. Este é um exemplo de resposta do eleitorado. Por essa razão que após as mudanças cima citadas, temos uma democracia de público. Como a volatilidade do comportamento eleitoral é grande, cabe ao político corrigir sua campanha, dependendo da resposta do eleitorado. Este processo coloca a ascensão de pesquisas de opinião pública como um movimento recente. Na democracia de partido, o período de dominância do partido de massa, o candidato contava com um eleitorado fiel, possibilitando prever seu desempenho no dia da eleição.

As pesquisas de opinião são um reflexo de que este eleitorado fiel não existe mais. A liberdade do representante passa a ser condicionada então à sua própria imagem. Como a preferência partidária dissipou-se, assim como a identidade social, a imagem criada pelo político contribuiu ainda mais para o aumento do custo, para o eleitor, na obtenção de informações sobre o candidato.

Quando iniciamos a descrição dos elementos que transformaram as relações entre partidos e sociedade civil dissemos que existiam fatores peculiares à cada democracia ocidental que transformaram essa relação, além de fatores comuns à todas. Estes fatores comuns foram explicitados com a contribuição feita por Bernard Manin acima. Logo, passemos ao que queremos dizer com fatores peculiares e transformadores da relação entre partidos e sociedade civil. Infelizmente, não é possível expor aqui todos os elementos que nos auxiliaram na pesquisa. Contudo, sucintamente afirmamos que uma sociedade civil que se reconhece em sua classe política, é uma sociedade em que o comportamento de sua classe política é semelhante a seu próprio. Ao mínimo, esta sociedade civil teria expectativas que seriam atendidas por seus representantes e seus pares. Afinal, em primeiro lugar, o distanciamento da instituição, partido, poderia ser superado pelo estreitamento de laços entre representantes e representados sem seu intermédio. E em segundo lugar, a expectativa de certo comportamento de seus pares, ou seja, seus concidadãos, em comparação ao seu próprio, indica ao cientista social o grau de coesão naquela sociedade. Uma expectativa que é atendida e converge com o comportamento do indivíduo indica um alto grau de coesão social, ao passo que uma expectativa de comportamento por parte da sociedade em geral que entre em conflito com o seu mostra uma baixa coesão social.

Se temos uma sociedade com baixa coesão social, esperamos que as instituições públicas sofram o impacto desta perturbação, fazendo com que os cidadãos não se identifiquem com elas, corroborando para o estranhamento e, em última instância e trazendo para o objeto deste estudo, para a realocação de recursos dentro dos partidos políticos. Assim sendo, uma série de trabalhos demonstra a desconfiança que os brasileiros sentem de suas instituições, como os trabalhos de Moisés (2005) e Meneguello (2005) para citar apenas dois exemplos.

Tabela 1 – Confiança em Instituições – Brasil, junho/2006

	Nenhuma	Pouca	Alguma	Muita
Judiciário	13,7	42,0	33,4	11,0
Presidente	23,0	33,8	31,2	12,0
Leis do País	20,8	41,3	30,6	7,3
Governo	24,9	40,8	28,5	5,9
Congresso	26,7	45,9	22,6	4,7
Partidos	36,8	44,2	16,9	2,1

Fonte: Tabela feita a partir de MOISÉS, José Álvaro (2010). *Os significados da democracia segundo os brasileiros*.

Com a tabela acima podemos observar que as instituições da democracia brasileira são, em geral, vistas com desconfiança. Entretanto, os partidos políticos são notadamente reconhecidos com o maior índice de pessoas com nenhuma confiança e as instituições com o menor índice de pessoas com muita confiança.

Acreditamos que temos, portanto, um elemento importante e que contribui para um estranhamento entre representantes e representados. Dessa forma, as mudanças gerais observadas no Brasil, seja com a inclusão de novas tecnologias ou o aumento de funções por parte do Estado, e a desconfiança que caracteriza a relação de cidadãos com as instituições da democracia brasileira, entre elas os partidos políticos, engendram uma transformação no interior de partidos políticos, sobretudo em sua faceta no eleitorado.

O desaparecimento ou a desconfiguração de um eleitorado fiel – existente na democracia de partido ou no apogeu do partido de massa – exigiu uma nova lógica na canalização de votos no dia da eleição. O distanciamento e estranhamento no exterior ou no Brasil compele partidos a abandonar tentativas de enquadrar as massas sobre critérios ideológicos ou morais, como aponta Otto Kirchheimer em seu trabalho sobre a transformação dos sistemas partidários.

Com uma baixa representatividade, partidos políticos viram que um discurso, como aquele que prevalecia no partido de massa, representaria a exclusão de uma parcela da sociedade. Um exemplo citado por Kirchheimer é que os partidos que propagam agressivamente mais instituições de ensino podem sofrer ressentimento de elites que desfrutam de privilégios no sistema educacional sobre, por exemplo, os custos excessivos ou os perigos de uma população com alto grau de escolarização.

Em suma, esta reconfiguração da faceta do partido no eleitorado tem como norte motivações eleitorais. Busca-se expandir ao máximo seu eleitorado em potencial, considerando sua volatilidade e, convergindo com o aspecto reativo do voto na democracia de público colocado por Bernard Manin.

O partido se constitui, portanto, como catch-all, segundo Kirchheimer, com: i) uma drástica redução do peso ideológico do partido em sua relação com a sociedade; ii) o fortalecimento da elite partidária e daqueles que são vistos, pelo próprio partido, como contribuidores para um aumento da eficiência do Estado na execução de serviços caros à sociedade e não que contribuíram para o estabelecimento de uma relação estreita com a sociedade civil; iii) a redução do papel do militante; iv) a diminuição da importância do eleitorado fiel ou clientela nos resultados do dia da eleição e; v) a garantia de que diversos grupos de interesse tenham acesso ao partido.

Se colocamos então ao longo desta seção o percurso percorrido por partidos políticos ao longo do século XX que os obrigou a realocarem recursos ao longo de sua estrutura, utilizaremos do PFL, na seção seguinte, para mostrar como essas mudanças impactaram o sistema partidário brasileiro.

II. O PFL como partido catch-all

Após este resgate teórico, passamos agora a analisar, efetivamente, o PFL. Sustentamos que o PFL nos auxilia a compreender os desafios ambientais existentes para a maior parte dos atores políticos que participaram do processo de abertura política e de fundação da nova república, assim como o aprendizado institucional que estes levariam para o período subsequente.

A análise permitirá que se coloque o PFL em contraposição aos cinco pontos propostos por Kirchheimer que caracterizam um partido catch-all, preservando, evidentemente, o corte tridimensional e metodológico feito pela pesquisa. Assim, em ambos os casos, o PFL esclarece tendências gerais que perpassaram não só o partido, como o sistema partidário brasileiro.

Antes de tudo, é importante destacar que o termo cunhado por Kirchheimer induz o pesquisador a atentar, apenas, à redução da bagagem ideológica do partido. Mas não é tudo. O partido catch-all não é caracterizado apenas na forma com que se projeta no eleitorado, mas também por uma transformação estrutural.

Poder-se-ia questionar a categorização do referido partido por sua agenda liberal e expoentes marcadamente de direita. Contudo, a postura liberal do partido sempre fora tímida e hesitante. Creditamos tal comportamento a características do eleitorado que afastavam o liberalismo e viam na direita resquícios da ditadura militar.³ Em segundo lugar, também não ignoramos o fato de que o PFL se alinhava no parlamento a propostas de direita, a obra de Limongi e Figueiredo (1999) distribui os partidos políticos em um contínuo ideológico previsível e coerente que colocava o PFL à direita do espectro político. Assim, a redução da bagagem ideológica incide, principalmente, sobre a estratégia eleitoral. A relação entre essa redução de bagagem ideológica e conteúdo programático ou atividades legislativas não é determinista.

Ademais, é importante destacar que para a maior parte da sociedade civil e para parte da literatura que se debruçou sobre o processo de criação do PFL, esse processo foi apreendido apenas em sua natureza política. Isto é, tomou-se a separação da Frente Liberal do PDS, ex-ARENA, apenas como resultado ou desdobramento de interesses políticos divergentes. Entretanto, compreendemos que esta é parte da resposta. A criação do PFL foi resultado de um processo de natureza sócio-política, transcendendo a esfera de interesses contraditórios entre os quadros do PDS ao longo da década de 80.

Como nosso objetivo nesse trabalho é de categorizá-lo como partido catch-all, trataremos *en passant* essa análise. Grosso modo, na pesquisa queríamos mostrar a importância da natureza social do processo de criação do PFL, pois este ilustra um marco nas relações entre empresariado e regime militar.

³ Um dos argumentos que aumentou a força do grupo de dissidentes que formaram o PFL a se separar do PSD era justamente o estigma que pairava sobre o PDS, como o partido “da ditadura”, “das elites”.

A formalização e viabilização do partido significou a completa erosão das bases de apoio na sociedade civil que o regime militar possuía. A criação do PFL evidencia a retirada definitiva do apoio de um dos grupos da sociedade civil que mais apoiaram o regime, o empresariado, e dramatiza a derrocada também irreversível, assim como a fragmentação do PDS, da ditadura militar. Com esse posicionamento, não defendemos que o PFL abrigou apenas dissidentes do PDS. Sua criação teve participação de parlamentares do PMDB, por exemplo.⁴

No entanto, imputamos ao PFL esse marco *simbolicamente*, por sua composição e ideário, isto é, por sintetizar a vontade de setores da sociedade civil que apoiaram a ditadura militar mas que passaram a interpretar o desenvolvimentismo da ditadura militar como obstáculo ao desenvolvimento pleno da economia brasileira e a agenda liberal mais adequada às necessidades brasileiras e conjuntura internacional. Sem se traduzir, claramente, em sua estratégia eleitoral.

Em seu posicionamento ideológico, o PFL visava distanciar-se de qualquer posição contundente que tivesse potencial para ser impopular. Inevitavelmente, como não poderia deixar de ser e como aponta Kirchheimer, esta redução da bagagem ideológica se dá por disputas eleitorais. Assim, o comportamento do partido em disputas eleitorais também nos diz sobre um comportamento catch-all. Para Roberto Ramos Santos, o partido não apresenta divergências ideológicas inconciliáveis, mantendo o jogo político de competição intrapartidária controlado.

Os exemplos acima mostram que o PFL não possuía uma ideologia distinta dos outros partidos, apesar de uma tendência liberal em seu interior. Seu programa geral para questões objetiva, ao menos, assegurar uma relação não conflituosa com a maior parte da sociedade, como também favorece a um comportamento em disputas eleitorais que garantam votos ao partido.

Quanto à sua militância, Santos aponta para o que disse Gustavo Krause, ex-ministro do PFL, que o partido não era uma instituição preocupada na mobilização de seus filiados fora do período de eleições, nem desenvolviam incentivos para a participação destes, diferentemente do que acontecia para a elite do partido. Mostrando além do esvaziamento da militância em seu interior, como a irrelevância que seus líderes davam a um eleitorado fiel, se considerarmos também o padrão de competição eleitoral do PFL.

Com alguns dos elementos característicos de um partido catch-all elucidados no PFL acima, devemos passar a analisar a centralização partidária e o acesso que grupos de interesse tinha no partido. Para tal, partiremos do que era seu órgão máximo, a Comissão Executiva Nacional, e terminaremos na investigação do papel que lideranças partidárias tinham.

Assim sendo, a resolução n. 3 da comissão citada dispunha:

⁴ Diga-se de passagem, a Ciência Política brasileira vem mostrando que a composição dos partidos políticos após a revogação do AI-2 não podem ser simplificadas num jogo de oposição versus situação, PDS versus PMDB ou apoiadores do regime versus democratas convictos. Trabalhos como de Kinzo (2003) e Rodrigues (1986) são elucidativos disso.

“O partido por lei e por definição é de âmbito nacional e os Diretórios Regionais, embora formalmente autônomos, devem acatar as recomendações dos órgãos imediatamente superiores. Qualquer decisão regional deve ser examinada nos termos da lei, ética e da doutrina partidárias, respeitada a prevalência hierárquica” (Ferreira, 2011: 56).

Esta passagem nos indica certo grau de centralização partidária, apesar de disputas eleitorais regionais fornecerem certa liberdade na atuação de lideranças regionais. Como aponta Denise Paiva Ferreira, determinam-se padrões de comportamento para as instâncias inferiores. A ata da comissão executiva nacional do PFL ao tratar de uma candidatura própria do partido para as eleições de 1994 corrobora para: em primeiro lugar, a liberdade regional na formação de alianças que visem ganhos eleitorais para o partido e; em segundo lugar para um padrão centralizador do partido.

O fato interessante é que até 2002, não houve nenhuma disputa para a composição do Diretório Nacional, evidenciando o controle da elite partidária sobre o processo político dentro do partido. Ao ser entrevistado por Denise Paiva Ferreira, anonimamente, um dos membros da sigla partidária disse:

“No PFL nunca houve nem haverá disputa entre chapas para a eleição do Diretório Nacional. Eles não permitem que haja disputas, nem nos diretórios regionais. Nos diretórios municipais já pode ocorrer é mais difícil controlar, porque são muitos. As disputas até ocorrem lá nos estados mas elas não chegam até aqui [Brasília, comando nacional do partido]. E quando é preciso a direção intervém. O PFL fala uma só linguagem do Amazonas ao Rio Grande do Sul e de Roraima à Paraíba. A marca do PFL é a unidade de pensamento” (Ferreira, 2001: 115).

Isso nos leva aos líderes propriamente ditos do PFL. Nas teses de Denise Paiva Ferreira e Roberto Ramos Santos observamos uma elevada relevância ao papel das lideranças do PFL para mantê-lo coeso e íntegro, sobretudo na última. O autor dedica-se à investigação da função desempenhada por Jorge Bornhausen, o finado Antônio Carlos Magalhães e, principalmente, Marco Maciel na organização do partido; relatando que em 2002, momento em que o autor escreveu a tese, estes eram vistos como lideranças inquestionáveis no partido, fazendo com que decisões caras ao partido passavam, obrigatoriamente, por seus consentimentos.

Dentre esses três podemos reafirmar os postulados de Santos quando à inserção dessas três lideranças. Antônio Carlos Magalhães (ACM) destoa dos demais, pois em seu estado de origem, a Bahia, sua força política por ser tão grande, vista a formação de uma corrente da política baiana, o carlismo, ele possuía uma maior autonomia sobre suas decisões políticas e preocupava-se menos com a garantia da integridade partidária. Isso não significa que Magalhães não detinha controle sobre o processo decisório no partido, este distanciamento geral do funcionamento do partido como um todo era superado ou compensado por sua capacidade de

mobilização de quadros dentro do PFL, representando, conseqüentemente, sua importância dentro do partido na tomada de qualquer decisão política.

Por outro lado, Bornhausen e Marco Maciel apreendiam o PFL de uma forma diferente. Preocupando-se mais com a integridade do partido não só em sua estrutura, como na forma com que o partido se inseria politicamente. Os dois detinham um forte controle partidário e evitavam que o partido se visse em contradição com interesses políticos diversos. Com isso posto, poderíamos fazer uma rude comparação entre Bornhausen/Maciel e Magalhães. Os primeiros asseguravam um programa nacional ao PFL, preservando diretrizes básicas e gerais para todas regiões, respeitando a plataforma política em âmbito nacional, ao passo que ACM por ter maior mobilidade política na Bahia, dependendo menos da estrutura de seu partido e contando com o suporte de apoiadores regionais que mobilizavam as bases das forças da região, dava maior ênfase à articulação política da estrutura que compunha o PFL na Bahia, estrutura que respondia, primordialmente, a ele e seus correligionários, o garantindo, em âmbito nacional, uma grande visibilidade e importância.

Tratando do papel desempenhado por Bornhausen e Maciel, estes exerciam uma função coerente com o posicionamento do PFL no sistema partidário brasileiro. No entanto, devemos frisar que até 2002, primeiro momento na história do partido que ele localizou-se na oposição do governo nacional; pelo fato do PFL depender prioritariamente de sua posição situacionista, como um dos principais aliados ao governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) entre 1994 e 2002, era imprescindível um posicionamento coeso.

Ora, não conviria a qualquer governo uma liderança partidária que não conseguisse garantir uma previsibilidade no comportamento de seus parlamentares e que favoreceriam as políticas e a agenda do Executivo. Neste quesito, a liderança do PFL foi inquestionavelmente bem-sucedida.

Considerando o comportamento dos partidos políticos na câmara entre 1989 e 1994, Fernando Limongi e Argelina Figueiredo mostraram o quanto o posicionamento do PFL fora coeso. Mesmo num sistema partidário que é taxado repetidas vezes como indisciplinado, o estudo aponta que apenas em 5,3% de 190 ocorrências, portanto, em apenas 10 ocasiões que a maioria do PFL não seguiu às indicações de suas lideranças.

Por fim, gostaríamos de destacar a proeminência que Marco Maciel teve no PFL. Com um perfil conciliador, sua posição no partido foi incontestável. Ex-arenista e ex-PDS sendo, simbolicamente portanto, uma figura que reforça os argumentos da seção anterior, Marco Maciel era visto por Gustavo Krause uma referência.

“A figura dele é de maior centralidade. Ele reúne um conjunto de virtudes. É capaz de fazer

a macro como a micropolítica; dedica-se integralmente a isso. Ele pode tanto falar sobre a bioética como ser capaz de discutir sobre a pedra de peixe do mercado de Cabrobó. Ele consegue exercer a práxis como ninguém. A sua capacidade de fazer política é enorme. Hoje, Maciel tem dentro do partido uma respeitabilidade completa. É uma força centrípeta em Pernambuco. Se você procurar entre os adversários dele, você vai ouvir uma frase que dr. Ulysses teria dito: 'ou se alia a ele, ou mata ele'. [...] No meu entender, é alguém absolutamente insubstituível. É realmente um fator de aglutinação do PFL" (Santos, 2002: 87).

Assim sendo, com um partido de tendências centralizadoras e uma capacidade considerável de conciliação política em seu centro, o acesso de grupos de interesse é facilitado pelo próprio funcionamento do PFL.

Disso decorre que das propostas colocadas por Kirchheimer de cinco grandes pontos que caracterizariam um partido como catch-all, o PFL responde satisfatoriamente a eles. Mais uma vez reforçamos a ideia de que esta tipologia aplica-se sobre a faceta no eleitorado do partido e que não a extrapola ou define previamente o comportamento das demais facetas. Portanto, o PFL com uma mensagem ideológica genérica e incipiente, uma militância coadjuvante e um controle político forte a partir da elite do partido, temos que o PFL adequa-se a esta tipologia.

III. O partido cartel

Apreender o partido catch-all apenas como uma mudança em sua inserção no eleitorado é insuficiente frente a extensão das mudanças que essa mudança anuncia. Ela é, primordialmente, de ordem organizacional. Sendo uma mudança organizacional dentro de uma instituição, ela obriga que a mesma realoque seus recursos, reconfigure sua estrutura e redefina prioridades. O impacto que esta mudança causou sobre o partido como um todo só pode ser compreendido se considerarmos que esta instituição tanto foi ativa e passiva nesse processo. Isto é, tanto agilizou ou a conduziu, como foi compelido ou coagido. Faz-se necessário expor outras duas mudanças que completam o movimento que queremos detalhar neste trabalho.

A primeira delas é que os partidos de massa foram vítimas do seus próprios sucessos. Remarques como este foram feitos por Richard Katz e Peter Mair em 1997, aonde se mostra que no início da democracia do partido os partidos de massa eram predominantemente socialistas ou de esquerda. Esta generalização só é possível à medida que estes partidos emergiam reivindicando direitos básicos às suas respectivas *classes guardées*, como direitos sociais e regulamentações de relações trabalhistas.

Uma vez que estes partidos chegaram ao poder, como de fato chegaram em qualquer democracia ocidental, estas reivindicações foram sendo atendidas, progressivamente. Ao cumprir suas promessas, o efeito produzido foi que aqueles elementos que mantinham o eleitorado coeso foram se esvanecendo, suprimindo aqueles fatores que propiciavam uma plataforma política de

ampla extensão na sociedade. Isto é, o eleitorado fiel deixou de ser fiel, pois não existiam mais reivindicações pontuais a serem feitas, vista a garantia de outros direitos.

Já a segunda mudança foi um corolário da primeira, ou melhor dizendo, usa da primeira como indicador para ela mesma. Uma série de cientistas sociais apontam, há muito, para uma individualização da sociedade. Seja com Émile Durkheim ao afirmar que sociedades com uma alta divisão social do trabalho criam as condições para a emergência do indivíduo, vista o desenvolvimento da consciência pessoal, sobre a coletiva. Seja com Norbert Elias ao discorrer sobre a sociedade dos indivíduos, ou ainda com Zygmunt Bauman e a constituição do que chama de pós-modernidade, onde não existem referenciais permanentes para a identificação e, por conseguinte, ao pertencimento a qualquer grupo no interior da sociedade.

Temos, portanto, que a impossibilidade de se canalizar uma grande quantidade de votos é um expoente, dentre muitos, da individualização da sociedade. É um exemplo específico de uma tendência geral. Mas que sobre os partidos políticos lhes impõe uma força, os obrigando a repensar sua inserção na sociedade e sua organização.

Com o contexto descrito, cabe agora ilustrar o restante das mudanças observadas nos partidos políticos. O restante, pois uma delas foi a emergência dos partidos catch-all. Dessa forma, essa coerção deslocou o partido para uma relação mais estreita com o Estado. À medida que a sustentação do partido de massa, as massas, foi erodida, o suporte financeiro, político e social teria que provir de outra fonte. No aspecto financeiro esta condição é de fácil apreensão.

Ora, como o crescimento dos filiados ao partido político não acompanhou a intensidade com que crescera o eleitorado e, conseqüentemente, os trabalhos do partido, o partido ficava sem sua principal fonte de renda. Política e socialmente, a ausência de um eleitorado fiel comprometia a sua permanência em cargos eletivos e na satisfação dos interesses de seus apoiadores e líderes.

Como colocam Richard Katz e Peter Mair, sobrava o Estado. Estas transformações não incidiram apenas sobre um único partido de um sistema partidário, evidentemente. Elas se estenderam ao longo do sistema, impondo-se sobre os partidos políticos. Logo, todos sentiram sua coerção e a necessidade de aproximação com o Estado para suprir as necessidades que antes eram supridas pelo eleitorado representado. Obviamente, esta necessidade só fora sentida uma vez consolidado o partido catch-all. Afinal, os partidos que responderam às investidas profícuas de partidos socialistas ou de esquerda, não poderiam contar com as outras classes “restantes” naquela sociedade, vista que quantitativamente elas não poderiam ultrapassar em números aqueles que reivindicavam por direitos. A instabilidade financeira, política e social só são sentidas, portanto, após o advento do partido catch-all.

A ampla extensão desses condicionantes gerou o reconhecimento entre os agentes políticos de uma qualidade atribuída a eles apenas. Isto é, se construiu uma visão de que a

participação na arena política formal caracterizava uma profissão e como toda profissão existiam colegas ou pares. Há um interesse mútuo em garantir condições para todos sobreviverem.

O Estado se tornou uma organização de suporte institucionalizada para os partidos. Ao se reconhecerem entre si na qualidade de agentes políticos e sua necessidade por sobrevivência, a classe política supera certas divergências ideológicas quando se definem os parâmetros de atuação dos partidos na sociedade. Isso não implica que não existam divergências ideológicas, apenas representa que em questões pontuais elas não apresentam uma predominância sobre outras variáveis do comportamento político. Dessa forma, os autores transplantam a acepção econômico-comercial do termo cartel ao funcionamento destes partidos. Os partidos cartel se consolidam conforme os agentes políticos se constituem como grupo ou classe e por terem a prerrogativa de definir as regras do jogo criam condições para sua sobrevivência, como assim compeliram as transformações na sociedade.

As implicações destas características inauguradas pelos partidos cartel será melhor tratada mais adiante. Por ora, nos cabe apontar que partidos cartel, diferentemente como colocam Katz e Mair, não são apenas novas modalidades de partidos que sucedem o partido catch-all. Ambos são complementares. A ocorrência deste – partido catch-all – tem como desdobramento inevitável o primeiro – o partido cartel. Instituições são continuamente permeadas por diversas variáveis e suas respostas não são dadas a um único sentido, são variadas, complexas e multidimensionais. Nos resta, portanto, administrar essas considerações sobre nosso objeto, o PFL e seu sucessor, o DEM.

IV. PFL-DEM: ilustração do partido cartel no Brasil

Em uma matéria do jornal Valor em abril de 2010, atribuiu-se ao deputado Inocêncio de Oliveira (PR-PE), ex-PFL, a seguinte frase: “Terno branco, sapato de duas cores e oposição só é bonito nos outros”. Sobre esta óptica que acreditamos poder observar um partido cartel, ou seja, através da dependência que um partido ou alguns de seus membros têm em permanecer vinculado ao sistema de benesses públicas a qual o Estado lhes dá direito. Assim, provar que o PFL mantinha como situação laços estreitos com o Estado não nos prova nada, é apenas uma constatação. Só podemos perceber o papel que o Estado tinha em sua estrutura, à medida que se percebe instabilidades como oposição.⁵

Grosso modo, o PFL apresentou forte queda em seu rendimento eleitoral ao longo dos anos 2002 até 2010, em todas as instâncias.⁶ O que queremos destacar é apontado por Angelo Panebianco. O autor italiano discorre sobre aquelas variáveis capazes de explicar o comportamento de um partido político, entre elas a dimensão. Dificilmente a dimensão do partido, diz Panebianco, é capaz de explicar sozinha o comportamento de um partido político.

5 Com isso afirmamos que não vamos discorrer acerca da relação que o PFL teve com o Estado enquanto governo até o ano de 2002, pois não seria proveitoso à luz do espaço que nos é dedicado.

6 Ver Ricardo Luis Mendes Ribeiro (2011).

Normalmente, isso se deve à escolhas da elite partidária ou ainda um ambiente hostil para com o partido que impossibilita que ele altere sua inserção no sistema partidário. Mas existem, sim, ocasiões, exceções, em que o comportamento do partido político pode ser explicado a partir de sua dimensão primordialmente, tomando-a, portanto, como variável independente.

Estes períodos de exceção são aqueles em que o partido se localiza abaixo do nível de sobrevivência ou acima do nível de enrijecimento. O limite de sobrevivência é facilmente observado quando um partido é recém-formado. Ele possui objetivos que o compelem a ter um comportamento agressivo para conquistar no eleitorado e, por conseguinte, no parlamento os recursos financeiros, políticos, etc. capazes de mantê-lo coeso. Vale lembrar que tanto o limite de sobrevivência quanto o limite de enrijecimento não são facilmente determinados, variando de partido para partido, de acordo, obviamente, com suas necessidades.

Assim, imaginemos um partido político hipotético que acabara de ser fundado. Mesmo neste momento ele já possui uma elite partidária formada, grupos de interesse atrelados a ele e, portanto, tem que satisfazê-los. Num ambiente como o descrito acima, em que o Estado é uma estrutura que garante estabilidade aos partidos políticos, o limite de sobrevivência – quanto o de enrijecimento – é fortemente influenciado pela proporção de cadeiras que ele controla no Legislativo. Afinal é o Legislativo que é considerado como a porta de entrada para um vasto sistema de benesses, como frisamos anteriormente. Se este partido observa que necessita de 10 cadeiras para satisfazê-los e não as controla, como aponta Panebianco, o partido fica em suspenso, à sombra de sua dissolução rápida. Logo, o comportamento da instituição no sufrágio seguinte será de tal maneira que ele buscará obter estas 10 cadeiras.

Uma especificidade do sistema partidário brasileiro é que como a imensa maioria dos partidos são de origem parlamentar, seus membros trazem consigo a estrutura de quadros e diretórios consigo, vide o surgimento do PFL a partir do PDS. A estreita relação que se estabelece com o Estado de imediato nos mostra que este limite de sobrevivência poderia ser raramente observado pelo pesquisador, afinal os quadros que se desprenderam dos partidos anteriores têm as mesmas prerrogativas no Legislativo ao Fundo Partidário ou ao Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita.

Pois bem, voltando a nosso exemplo, assim que conquistar essas dez cadeiras, o partido político se estabilizará. Evidentemente, enfrentará problemas, ainda buscará crescer e acumular poder nesse sistema partidário se assim o desejar, mas a dimensão de sua estrutura deixa de ser a variável independente que permite compreender seu comportamento.

Em tese, o partido pode crescer indefinidamente, mas o próprio crescimento acarreta em transformações em sua estrutura. Em outras palavras, se nosso partido crescer num ritmo acelerado nas eleições sucessivas, conquistando 13, 17 e 24 assentos no Legislativo, ele acumulará novos interesses, haverá, necessariamente, uma especialização qualitativa e quantitativa em sua burocracia. E inevitavelmente, como todo burocracia, ela concentrará poder

político, podendo se sobrepor, se assim quiser, aos interesses gerais da elite partidária. No mais, até aqui apenas descrevemos o caminho “natural” que uma instituição percorre.

Embora este percurso seja facilmente entendido, há uma particularidade numa instituição como os partidos políticos. A acomodação de interesses é fundamental nessas instituições, conciliando burocracia e o núcleo duro do partido. Se o desempenho do partido fica aquém do esperado, é provável que falte ao núcleo duro do partido os meios para acomodar os interesses de seus membros. Caso o partido não reverta esta situação, acirrando ainda mais as disputas internas por recursos das mais diversas ordens, a sombra da dissolução rápida existente no momento em que o partido fora criado regressa. Ilustra-se um limite a que ponto o partido pode reduzir de tamanho, sem comprometer por completo sua coesão.

No nosso partido, após conquistar 24 cadeiras legislativas, temos uma especialização de sua burocracia, imputando poder político nela, inevitavelmente. Disso decorre que o decréscimo dos cargos no Legislativo, implicará em instabilidade. Assim atua o limite de enrijecimento. Por mais que seja considerado por Panebianco algo observável apenas em situações excepcionais, argumentamos que este processo atuou no PFL, ao passar à oposição.

O limite de enrijecimento se fez presente não só com o desempenho eleitoral pefelista muito inferior ao que fora nas eleições anteriores à do ano de 2002, mas também ao passar para oposição, pela primeira vez foi privado ao partido o acesso às pastas do Executivo e às representações federais espalhadas pelo país, distanciando os quadros do partido entre si e lhes retirando os meios para competir com as novas forças políticas em ascensão. Com isso posto, a maciça migração de integrantes do PFL para outros partidos é um dos exemplos mais bem acabados da tendência centrífuga que se apresentava para o Partido da Frente Liberal. A tabela abaixo mostra que 92% dos parlamentares que migraram de partido foram para partidos da base aliada

Tabela 3.8 – Destino dos deputados federais que deixaram o PFL

Partidos de Destino	Legislaturas		
	2003	2007	Total
PL/PR	14	5	19
PTB	7	1	8
PP	6	1	7
PPS	3	0	3
PMDB	1	2	3
PSC	2	0	2
PV	2	0	2
PSB	1	1	2
PSDB	2	0	2
Sem partido	1	0	1

PRB	0	1	1
Total	39	11	50

Fontes: Ribeiro (2011), Banco de Dados do Cebrap.

A argumentação exposta acima é apenas uma amostra do caminho que percorremos na iniciação científica. Buscamos expor os argumentos aqui de forma que não percam seu poder explicativo. Sucintamente, a refundação em DEM é uma tentativa do núcleo duro em reorganizar o partido que se desintegrava e, também, uma tentativa de transformar o PFL de um partido de quadros em um partido de bases.

V. Conclusões

Ao longo deste trabalho, após expormos a obra de Richard Katz e Peter Mair, tentamos aplicar suas conclusões ao partido brasileiro em questão, o PFL e seu sucessor o DEM. Após esta análise, vemos que o PFL pode ser apreendido como um partido de tipo cartel. Vale frisar que levando em conta as conclusões das seções anteriores, o partido é também apreendido como um partido catch-all. As terminologias diferentes incidem sobre facetas diferentes e se complementam.

Evidentemente, na elaboração deste trabalho não podíamos nos ater exclusivamente às obras que tratavam apenas do PFL. Justamente pela natureza do trabalho e o que nos propusemos a fazer, era necessária uma leitura extensa que nos guiasse na investigação de um partido político brasileiro. O que apresentaremos agora é resultado destes estudos. A intenção é estabelecer um quadro básico que auxilie o pesquisador na compreensão do comportamento de partidos políticos no Brasil. Por ter sido elaborado numa iniciação científica, essas considerações são preliminares, portanto, carecem de maiores estudos para que possamos utilizá-la com propriedade. Ademais, com o espaço que nos é dedicado as apresentamos como uma *proposta* ao cientista social que almeja analisar partidos políticos no Brasil.

Em suma, dividimos, na pesquisa, a atuação de partidos políticos brasileiros sobre um eixo simples. Isto é, partidos no Brasil priorizam sua presença ou no poder Legislativo ou no Executivo. Quando dizemos “priorizam”, inferimos sobre o objetivo principal do partido político brasileiro. A princípio, este eixo é problemático. Afinal, pode parecer muito subjetiva a afirmação de que um partido político prioriza um em detrimento do outro. A presença no Legislativo leva à presença no Executivo, assim como a ocupação de cargos no Executivo, seja como presidente ou ministro, pressupõe a presença do partido no Legislativo.

Tomemos como exemplo o próprio PFL. O controle de parte do Executivo pelo PFL se dava de tal maneira, que as pastas ocupadas por seus integrantes não significavam ao partido a possibilidade de implementar políticas que convergiam com seu ideário, mas sim um meio para coordenar uma série de entidades federais no território nacional, que, ulteriormente, garantiriam a

própria manutenção do partido no Estado e satisfariam os grupos de interesses vinculados ao partido.

Acreditamos que este é um traço característico daqueles partidos que conservam um modelo de gestão que o projeta para o Legislativo, vendo-o como porta de entrada para um sistema de benesses que o assegura no Estado, possibilitando que este seja utilizado continuamente como instituição de suporte. Meneguello formula em 1998 que podemos observar na participação em coalizões situacionistas a formação do que chama de territórios partidários.

Estes são marcados pelo controle regular de ministérios específicos. Ora, como Denise Paiva Ferreira (2001) aponta, é a não formação desses territórios na participação pefelista em todos os governos que caracterizou sua atuação no governo.

O usufruto do Estado não só estabiliza partidos políticos, como reinicia um ciclo de participação na arena política institucionalizada. A mobilização de quadros no eleitorado, assegurada com a presença no Legislativo visa, portanto, reafirmar sua presença no Legislativo. Vamos de encontro ao que colocaram Mair e Katz, ao afirmar que as eleições adquiriram um caráter responsivo, contribuindo para o que Manin chamou de democracia de público, só que em outro nível.

Por outro lado e em suma, o oposto nesse eixo que propomos é marcado por partidos políticos que veem o Legislativo como alçada de suporte para um projeto que objetiva o Executivo. Se o modelo que visa a presença no Legislativo é marcado pela mobilização de cima para baixo, a partir do Estado, através de entidades federais; o modelo que visa o Executivo é marcado pela mobilização de baixo para cima, com o fomento das bases que por ser um projeto de longo prazo, ambiciona a menor dependência em colocar o Estado como órgão institucionalizado de suporte.

Disso decorre que a origem do partido político não determina seu modelo de gestão. A relação entre os dois não é determinista, mas sim probabilística. Um partido de origem parlamentar é muito provável que seja orientado por sua presença no Legislativo, mas não a garante. O mesmo ocorre nos partidos de criação extraparlamentar. Se analisarmos um partido deste tipo, é razoável presumir que veremos um partido orientado por sua presença no Executivo. Entretanto, esta inferência carece de maiores estudos, vista o baixo número de partidos políticos no Brasil de origem extraparlamentar.

Por fim, reafirmamos que os “achados” expostos nessa seção devem ser vistos com reticência ante as limitações que uma produção acadêmica como uma iniciação científica enfrenta, a despeito do comprometimento do pesquisador. Suas “confirmações” requerem uma leitura extensa de outros campos da Ciência Política.

Bibliografia

ALDRICH, John H. ***“Why parties? The origin and transformation of political parties.”*** Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

DUVERGER, Maurice. ***“Os partidos políticos”***. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1980.

FERREIRA, Denise Paiva. ***“Descentralização Partidária e Federalismo no Brasil: PFL X PMDB 1982-2000”***. 258 f. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. ***“Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional.”*** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

MAIR, Peter; KATZ, Richard. ***“Party Organizations: From civil society to the State”***. IN: MAIR, Peter; KATZ, Richard (Orgs.). **How parties organize: Change and adaptation in party organizations in Western democracies**. Londres: Sage Publications Ltd, 1995. 384 p.

MAIR, Peter. ***“Party System Change: Approaches and Interpretations”***. Oxford: Oxford University Press, 1997.

MANIN, Bernard. “As metamorfoses do governo representativo.” **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 29, p.5-33, out. 1995.

MARTINS, Luciano. “A 'liberalização' do regime autoritário no Brasil”. IN: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillippe C.; WHITEHEAD, Laurence (Orgs.) ***“Transições do regime autoritário: América Latina”***. São Paulo: Vértice, 1988.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillippe C. ***“Transições do regime autoritário: Primeiras Conclusões”***. São Paulo: Vértice, 1988.

PANEBIANCO, Angelo. ***“Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos”***. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. "**A decadência longe do Poder: A refundação e Crise do PFL**". 113 f. Tese de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RODRIGUES, Leôncio Martins. "**Quem é quem na constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados**". São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.

SANTOS, Roberto Ramos. "**A face de um partido: Base Política e comportamento eleitoral do PFL Pernambuco, 1985-2001**". 207 f. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.